

SINCRONIA E DIACRONIA NO DISCURSO METALINGÜÍSTICO SARAMAGUIANO: ASPECTOS DA CRÔNICA *SAUDADES DA CAVERNA*

*Maria Aparecida de Lima Francisco*¹

A revolução científica provocada por Ferdinand de Saussure, no início do século XX, inaugurou, como já se sabe, uma nova fase da ciência lingüística e se constituiu em uma revolução epistemológica, uma vez que ele pensou a disciplina nos quadros de uma teoria do conhecimento, até então inédita.²

No *Curso de lingüística geral* (1991), encontram-se os princípios estabelecidos pelo estudioso genebrino, merecendo especial atenção as dicotomias ou antinomias por ele estabelecidas, dentre elas a sincronia e a diacronia, a obrigar a divisão da Lingüística em duas partes, a Lingüística estática e a Lingüística evolutiva, cada qual com seu princípio próprio diante da noção de valor enquanto sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes. Aí estão assinalados e matematicamente representados os eixos sobre os quais se situa a língua, objeto *stricto sensu* desta ciência em sua fase moderna:

“1° o eixo das simultaneidades, concernentes às relações entre coisas existentes, de onde toda intervenção do tempo se inclui; e o eixo das sucessões, sobre o qual não se pode considerar mais que uma coisa por vez, mas onde estão situadas todas as coisas do primeiro eixo com suas respectivas transformações. (CLG, op. cit, p. 95)

Para Saussure, quanto mais complexo e rigorosamente organizado um sistema de valores, tanto mais necessário se faz estudá-lo sucessivamente segundo seus dois eixos. No caso da língua, esse caráter se relaciona a sua precisão de valores, ao seu grande número e diversidade de termos (signos) e à dependência recíproca entre esses termos. À distinção entre duas lingüísticas, daí decorrente, corresponde a compreensão da *sincronia* como um estado da língua e da *diacronia* como uma fase de sua evolução. O falante se acha diante de um estado da língua, já que, para Saussure, não há sucessão de fatos lingüísticos no tempo; da mesma forma, o lingüista deve ignorar a diacronia, pois só pode penetrar na consciência dos indivíduos que falam suprimindo o passado. Assim procederam os gramáticos inspirados pelos métodos tradicionais, mas concedendo lugar bastante grande à História (diacronia). Saussure propõe uma volta a este ponto de vista estático da gramática, mas com “espírito novo” e outros processos, a partir da necessidade de tirar da oposição entre as duas ordens todas as suas conseqüências. Em suma, Saussure acaba por estabelecer a prevalência do aspecto sincrônico sobre o diacrônico, pois, para ele, a percepção do sistema lingüístico pelo analista somente se faz a partir de uma realidade verdadeira e única. Daí a seguinte distinção metodológica: a Lingüística Sincrônica tem a pretensão de resgatar a realidade

¹Doutoranda em Língua Portuguesa e Lingüística - Universidade Federal da Paraíba.

² Ver, a esse respeito, Lopes, 1997, p. 112.

verdadeira e única através do testemunho; a Lingüística Diacrônica projeta-se em relação ao passado e ao presente, desdobrando, assim, seu método, em uma perspectiva prospectiva e retrospectiva. O campo de atuação desta lingüística é menos restrito, repelindo especializações; já o da Lingüística Sincrônica é mais restrito, correspondendo ao conjunto de dados de cada língua. Sincronia e diacronia seriam, portanto, mutuamente incompatíveis.

A esta visão pioneira de Saussure sucede, em 1968, uma nova maneira de pensar a história e estrutura das línguas, representada por Uriel Weinrich, William Labov e Martin Herzog (*apud* Tarallo, 1994, p. 25). Defendendo a idéia central da heterogeneidade sistemática, esses lingüistas declaram a inviabilidade de uma lingüística sincrônica fortemente preditiva, limitando o componente assim caracterizado à simples observação de que as línguas mudam e de que algumas mudanças não correm freqüentemente, o que nega, inclusive, a relevância de toda e qualquer teoria da mudança lingüística decorrente da gramática para o estudo da história das línguas. Os autores em questão procuram romper com a relação estrutura/sincronia, de um lado, e história evolutiva/diacronia, de outro.

Tarallo (*op. cit.*), ao retomar os principais aspectos do texto desses autores (texto B) e compara-lo ao texto de Saussure (texto A), assim observa:

Primordialmente, entretanto, o texto B procura romper com a relação estrutura e sincronia de um lado, e história evolutiva e diacronia de outro, aproximando sincronia e diacronia igualmente, em mesmo peso e medida, às noções de estrutura e funcionamento. Afinal de contas, para que os sistemas mudem, urge que eles tenham sofrido algum tipo de variação (ou de melhor sistematicidade, como quer o texto). E constatar o vínculo necessário entre variação e mudança, necessariamente implica aceitar a história e o passado como reflexos do presente, dinamicamente se estruturando e funcionando.

Com base em tais autores, as sugestões de Tarallo no sentido de penetrar no túnel do tempo da língua portuguesa constituem, pois, uma “aventura em terrenos móveis e nada estáticos”, que ele coloca nos seguintes termos:

A cada parada dentro do túnel encontraremos, com toda a certeza, um momento do nosso sistema lingüístico revelando, a partir de sua estrutura e através de seu funcionamento, suas relações com o passado mais remoto e suas projeções para o futuro mais próximo. Durante essas aventuras buscaremos também descobrir até que ponto nossas descobertas sobre o passado são, na realidade, extensões das aventuras e brincadeiras com o momento presente, de onde nos projetamos para o passado. Igualmente, as descobertas sobre o passado poderão nos auxiliar em uma melhor compreensão sobre a mutabilidade e a variabilidade de nossas experiências do presente. (*Op. cit.*, p. 25-26).

Dentre os princípios norteadores da teoria da mudança lingüística resgatados por este lingüista brasileiro, consideramos importante reter os seguintes pressupostos:

1. A mudança lingüística inicia-se quando a generalização de uma dada alternância em um certo subgrupo da comunidade de fala entra em ação e assume o caráter de diferença sistemática;
2. A estrutura lingüística inclui a diferenciação sistemática de falantes e de estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o controle de uma língua pressupõe o controle dessas estruturas heterogêneas;
3. Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura lingüística envolve mudança; mas toda mudança envolve variabilidade e heterogeneidade;
4. A generalização da mudanças lingüística na estrutura lingüística envolve a covariação de mudanças relacionadas ao longo de períodos substanciais de tempo, e aparece refletida na difusão de isoglossas em áreas do espaço geográfico;
5. As gramáticas nas quais a mudança lingüística ocorre são gramáticas da comunidade de fala;
6. A mudança lingüística é transmitida dentro da comunidade como um todo, toda e qualquer descontinuidade resulta de descontinuidades específicas de dentro da comunidade;
7. Fatores lingüísticos e sociais encontram-se intimamente relacionados no desenvolvimento da mudança lingüística³.

Para Weinrich, Labov e Herzog (*apud* Tarallo, op. cit.: p. 56 e 57), as teorias estruturais da linguagem obscurecem a lingüística histórica com paradoxos ainda não vencidos; houve o endurecimento do paradoxo sincronia/diacronia no período saussureano, que a homogeneidade era tomada como base e pré-requisito para a análise lingüística. Logo, a solução para os impasses da lingüística está no rompimento com a identificação entre a estrutura e homogeneidade, porque o domínio de estruturas homogêneas não é uma questão de multidialetismo ou desempenho, mas trata-se de uma parte essencial da competência lingüística unilíngüe. Subjaz a essas considerações o argumento segundo o qual, tanto em nível de comunidade como em nível de indivíduos falantes dessas comunidades, há heterogeneidade e é precisamente dentro dela que devemos buscar estrutura, sistema e funcionamento.

Eugênio Coseriu (1979), que aborda a questão da mudança lingüística em memorável estudo, observa como tal problema tem sido sempre colocado em termos causais [o fato de se perguntar por que mudam as línguas (como se não deversem mudar)]. Tanto por estudiosos que cultivam o estruturalismo diacrônico, quanto por saussureanos ortodoxos. A evolução lingüística resulta, desta forma, numa *contradição in adiecto*, visto que seria normal esperar que a língua não mudasse. Atribui-se tal mudança a fatores de ordem externa, motivadores da mudança, contrários a fatores internos, que resistiriam à mudança e reconstituiriam o sistema perturbado.

Mas Coseriu se propõe mostrar que esta aporia fundamental identificada no problema da mudança lingüística apenas se estabeleceu por um erro de perspectiva manifestado na identificação entre “língua” e “projeção sincrônica”; que o problema da

³ Cf. Tarallo, op. cit., p. 61.

lingüística não pode nem deve ser colocado em termos causais; que muitas das afirmações a respeito do problema em questão se devem à intuição obscurecida e equivocadamente interpretada da atribuição ao objeto do que não passa de uma exigência de investigação, já que a antinomia sincronia/diacronia não pertence ao plano do objeto, e sim ao plano da investigação; que, no próprio Saussure, é possível encontrar elementos para a superação desta antinomia, uma vez que a realidade lingüística se impõe acima de seus postulados; que tanto a concepção saussureana como as concepções dela derivadas sofrem de uma falha fundamental a impedir-lhes a superação das contradições internas; que não há nenhuma contradição entre “sistema” e “historicidade”, que, no plano da investigação, a antinomia já referida só pode ser superada na e pela história.

Por questões metodológicas, não retomaremos, neste trabalho, todos os pontos dessa argumentação; restringir-nos-emos a algumas reflexões relativas à concepção de língua que remontam a Saussure e a conceitos dessa ordem que, por terem sido mal compreendidos e também por se figurarem em discursos metalingüísticos, merecem consideração.

Diante da necessidade de reduzir a rigidez das dicotomias saussureanas, Coseriu reconhece ser preciso preencher o abismo cavado entre *langue* e *parole* e, no que concerne à língua, preencher o abismo entre sincronia e diacronia. O autor observa, logo de início, que, repelidos por toda uma série de estudos, os abismos antes referidos apenas surgiram devido à freqüente confusão entre o plano do objeto investigado e o plano do processo investigante. Assim, se tanto os estruturalistas do Círculo de Praga quanto os estudiosos que se pretendem fiéis aos princípios de Saussure afirmam o fato de, na realidade, a língua mudar, a incompatibilidade não se verifica entre mudança e realidade da língua, mas entre mudança e “certa idéia de língua”.

A conclusão a que Coseriu chega após fazer essas considerações é a de que, se a língua real não é como “deveria ser”, “o sistema no sentido estrito do termo” ou não corresponde a nenhuma realidade (é um conceito convencional), ou corresponde a *outro* objeto, e não à língua real; e esse *outro* objeto pode corresponder a um modo de considerar a língua real. A língua que não muda é, pois, a *língua abstrata* (que, entretanto, não é irreal), livre dos fatores externos e consignada numa gramática e num dicionário. A língua que muda é a *língua real em seu existir concreto*, que só se realiza no falar e não pode se isolar de tudo o que constitui a fisicidade, a historicidade e a liberdade expressiva dos falantes, os “fatores externos”.

Na concepção de Saussure, não se trata de definir o que um estado de língua é, nem os modos de ser da língua, mas apenas e exclusivamente de definir o modo por que a consideramos. Na comparação estabelecida pelo mestre genebrino entre o sincrônico e a projeção dum corpo sobre o plano, é assinalada a relação de dependência entre a projeção e o corpo projetado, mas também o fato de esses elementos diferirem entre si; em seguida, é estabelecida a semelhança entre tais aspectos desses elementos e entre a realidade histórica e um estado de língua. Coseriu notifica que, para Saussure, o “sincrônico” ou “estado de língua” não corresponde à realidade histórica do estado de língua, mas à sua projeção sobre a tela estática do investigador. O que está em pauta não é a realidade da língua, mas a *atitude do investigador*. Assim, a antinomia saussureana, erroneamente transladada para o objeto, não é outra coisa senão a diferença entre **descrição** e **história**, exigência conceptual que só tem de saussureano a terminologia.

Descrever a língua é aprender sua estrutura, independentemente da explicação histórica dessa estrutura. Eis porque uma língua, no sentido corrente do termo, é um “objeto histórico”, enquanto que, considerado um estado de língua, ele só se realiza como tal do

ponto de vista atual, a-histórico, pois a consciência prospectiva e/ou retrospectiva dos elementos da língua somente se manifesta na metalinguagem, quando os meros “falantes se tornam, de alguma maneira, “lingüistas” e adotam um ponto de vista histórico. Segundo Coseriu, foi justamente a observação da diversidade desses dois pontos de vista o que levou Saussure à concepção estrutural da língua e a uma justa e muito acertada revalorização da descrição sistemática.

De acordo com Coseriu, a distinção entre sincronia a diacronia não pertence à *teoria da linguagem* (ou da língua), mas à *teoria da lingüística*. Nesse mesmo campo, a concepção saussureana sobre diacronia, em especial sobre sua iniludível “assistematicidade” é discutível e deve ser corrigida. Conforme já observou Schucardt (*apud* Coseriu, op. cit.) ao resenhar o CLG, Saussure quis introduzir na lingüística uma distinção paralela à distinção estabelecida por Auguste Comte entre “sociologia estática” e “sociologia dinâmica”. Excedeu-se, por conseguinte, ao desdenhar o estudo histórico e ao considerar a diacronia sem finalidade em si mesma, como se a sincronia o tivesse. Nesse sentido, cumpre não apenas desfazer a confusão criada em torno do objeto, como também estabelecer o fato de um estado de língua não ser um simples momento efêmero, a-histórico. Ele é muito mais do que isso, primeiramente por ser, em grande parte, reconstituição de outro estado anterior; em segundo lugar porque a “mudança na língua” só pode ser assim definida em relação a uma língua anterior, enquanto que, do ponto de vista da *língua atual*, é a cristalização de uma nova tradição, e, portanto, não-mudança: é fator de descontinuidade em relação ao passado e fator de continuidade em relação ao presente.

De agora em diante, tentaremos mostrar, em traços gerais e a um só tempo, como se apresenta a crônica moderna. Analisaremos alguns aspectos da crônica SAUDADES DA CAVERNA para verificar de que forma a reflexão metalingüística pode revelar não apenas a importância de uma concepção de Língua enquanto motivação estética, como também o perfil de um escritor que, na qualidade de sujeito *intelectual*⁴, ilustra, com suas reflexões, o jogo dialético entre o histórico e o tradicional lingüístico cristalizado num estado de língua determinado.

Com base em sessenta e duas entrevistas dadas pelo escritor, Miriam Braga (Op. Cit.) constatou que José Saramago vê a Língua como um elemento intimamente relacionado à concepção de História. Favorável à *Nouvelle Histoire*⁵, o escritor compartilha a idéia dos historiadores contemporâneos de que a História deve ser abordada com procedimentos diferentes do paradigma tradicional, ou seja, criando novas possibilidades de leitura, abrindo brechas para novas interpretações do discurso histórico e impossibilitando a existência de uma (única) versão oficial da História.

Ante essa concepção, Braga (op. cit., p. 23) afirma:

Para Saramago, a Língua assume uma dimensão histórica na medida em que ela mesma, um organismo vivo, que nasce com a História, que se desenvolve e que pode entrar em decadência,

⁴ Ver, a esse respeito, Braga, 1999, p. 11.

⁵ Escola histórica que tem como base filosófica a idéia de que a realidade é social e culturalmente constituída e revela-se interessada na análise das mudanças sociais e econômicas e nas mudanças geo-políticas a longo prazo (Cf. Braga, op. cit., p. 23-24).

participa dos processos históricos juntamente com a sociedade, com a tradição, com os costumes, com a cultura e com a memória.

A fala de Saramago revela que conhecer a Língua implica refletir sobre suas modificações ao longo dos anos, por contingência de seus próprios processos históricos (Braga, op. cit., p. 25).

Tal qual acontece nos seus muitos romances, o escritor português inscreve a metalinguagem nos seus textos cronísticos. Acreditamos que, sobretudo por sua natureza particular de texto originalmente ligado a um veículo de comunicação (embora não forçosamente dependente dele), a crônica é um espaço privilegiado para uma reflexão histórica e/ou metalingüística nos moldes saramaguianos. Dentre os gêneros textuais evoluídos no período pós-guerra, no Brasil, e desde antes da Renascença, em Portugal, a crônica passou de breve relato a várias formas lingüísticas, seja situada no plano de expressão, reelaborando notícias, seja num plano mais próximo ao ficcional, ocupando-se de níveis conotativos⁶.

Se, conforme assinala Wellington Pereira (op cit.), o que define a crônica no jornal é sua capacidade de conceber várias expressões estéticas, é possível apontar a modernidade como o período propício à solidificação da crônica enquanto gênero textual autônomo.

Sem preocupações quanto ao exercício da memória nem quanto à demonstração da experiência, o cronista dos nossos dias estabelece novos processos de enunciação, através da utilização de uma pluralidade de discursos.

Esse caráter da crônica moderna está relacionada ao próprio redimensionamento da imprensa em geral, e do jornal em particular, diante da nova ordem do capital e do novo modelo de expansão surgidos com a Revolução Industrial. Os jornais vão, portanto, se afinar aos meios de produção capitalista, sistematizando as linguagens que habitam no seu universo. Dessa forma, o cronista torna-se uma espécie de narrador que, acima de tudo, pensa o espaço de veiculação das informações *priori* definido.

Tanto no Brasil como em Portugal, o cronista passa a ter, inclusive, a função específica de contribuir para a elaboração de uma linguagem jornalística própria. Nesse sentido, conjuga a necessidade de informar com o talento de retirar efeitos estéticos de articulações semânticas que permitam ao leitor um melhor entendimento do espaço social no qual está inserido⁷.

Neste caso particular, a relação texto-autor-público é explícita, porém não exclusiva, visto que o cronista vislumbra não apenas o público-leitor a ser atingido e suas expectativas sociais, mas também os demais textos e elementos do jornal, que concorre para a complexificação da natureza da crônica ao mesmo tempo em que justifica seu caráter dialógico.

A crônica da qual nos ocupamos foi publicada, como as demais reunidas em *A bagagem do viajante* (1996), entre 1969 e 1972, na imprensa portuguesa. Lamentavelmente, não consta, na edição brasileira ora consultada⁸, a data exata de sua publicação individual, nem há referência ao jornal que a acolheu. Perde-se, assim, informações circunstanciais relativas à gênese do texto, certamente importantes a sua

⁶ Cf. Pereira, 1994, p. 11.

⁷ Pereira, op. cit.: p. 109.

⁸ A reunião das crônicas em livros, em Portugal, ocorreu em 1986. Sua publicação foi realizada pela Editorial Caminho S.A. Lisboa. Por desejo do autor, na edição brasileira foi mantida a ortografia vigente em Portugal.

interpretação. Em todo caso, esperamos encontrar na crônica mesma elementos que permitiam preencher tais lacunas.

Trata-se de uma reflexão saramaguiana a respeito da curiosa tendência de época portuguesa – talvez uma tendência lisboeta! – (obviamente, da época em que a crônica foi escrita e publicada) de batizar “lugares de ajuntamento, de repasto” (18), “onde o gregarismo é padrão” (19), com “uma **terminologia**⁹ que evoca tempos revolutos” (17). O leitor só se depara com a explicitação deste tema no 3º parágrafo da crônica; os dois primeiros parágrafos, conforme indica o próprio Saramago, constituem sua introdução, e o cronista deseja: que dela fique apenas “quanto basta para se compreender melhor o sobressalto de espírito que me trouxe o **tema** desta crônica” (11/12).

Notificamos ser o 3º parágrafo o início do desenvolvimento do texto devido à seguinte afirmação constante já na frase inicial: “E chego desta maneira ao meu **tema**” (15). A conclusão da crônica se encontra no seu último parágrafo, onde, após lançar perguntas a respeito do referido tema, Saramago, reconhecendo ser incapaz de responde-las: “Em grande conta eu me teria se fosse capaz de dar respostas a tais perguntas” (39). Em seguida, em diálogo intimista com o leitor, declara seu objetivo de cronista, nem sempre alcançado: “Se o leitor considerar ociosa (as perguntas), facilmente as esquecerá... Mas se murmurar: ‘É boa’! Nunca pensou nisso’, então ganhei bem o meu dia. O que, posso garantir, não é todos os dias que acontece” (41-43).

Podemos nos regozijar por estar diante de um texto de grande riqueza metalingüística, pois a reflexão sobre a Língua envolve, a uma só vez, o fazer literário em si de *Saramago cronista*, sua relação com a língua e com determinados discursos e assuntos, e, principalmente, o tema metalingüístico abordado pelo escritor, que ganha foros de reflexão histórico-sociológica, a confirmar a atitude habitual de Saramago de associar História e Língua no mesmo processo analítico-reflexivo.

No 4º parágrafo da crônica, o cronista procura explicar a similitude entre o comportamento lingüístico dos portugueses proprietários de restaurantes e estabelecimentos afins, o dos comerciantes e de alguns personagens populares típicos de Portugal – o arrieiros e os capotes brancos do Bairro Alto, ou mesmo alguns personagens históricos célebres, a exemplo do infante D. Miguel e do marquês de Marialva. Saramago salienta que a idéia fixa em que se constitui a atração desses personagens pelo primitivo (25), à decoração dos lugares e às histórias em quadrinhos [bandas desenhadas (30)], cujos heróis são caracterizados como pré-históricos, porém envolvidos em problemas da atualidade. Com relação a esse último aspecto, acreditamos que o cronista aproveita a circunstância do discurso crítico para problematizar o excesso de inverossimilhança do texto em questão, a desagradá-lo particularmente.

No penúltimo parágrafo da crônica, José Saramago critica o comportamento lingüístico de seus compatriotas, levantando duas hipóteses para explicá-lo: os portugueses estão à procura de uma “nova inocência” (33) e de um “recomeço” (34), e a escolha de nomes será movida por um obscuro e aparente contraditório rancor contra as sociedades de consumo; ou tal comportamento é um reflexo de má consciência, uma “operação de mágica lingüística (36-37) que leva a dar às coisas não o nome que lhes cabe, mas o nome que as nega. Saramago, neste momento, se inclui no grupo social em foco, daí porque o discurso em 1ª pessoa do singular se converte em plural. Essa inserção, no entanto, não o torna condescendente com aqueles que critica. Neste ponto da crônica, mais do que em qualquer

⁹ Grifos nossos.

outro, Saramago deixa escorrer sua ironia mordaz, antes contida, ao mesmo tempo em que dá mostras de intolerância perante atitudes, a seu ver, alienadas e nada esclarecidas (34-36).

Como se vê, embora não seja sociólogo nem teórico da linguagem, o escritor hoje renomado, cidadão atento às transformações sociais, aos impactos e efeitos dessas transformações nos indivíduos os mais variados que vêm compondo desde muito tempo a sociedade portuguesa, acaba por comprovar, com suas reflexões, os postulados lingüísticos de Tarallo e Coseriu, em sua releitura ajustadora da dicotomia saussureana da sincronia e diacronia.

No caso em questão, haveria como que uma anomalia a sufocar certo “estado de língua” dos portugueses, impedindo-lhes a evolução lingüística, ou, mais precisamente a evolução lexical. A tendência à retroação de que fala Saramago talvez fosse uma conseqüência natural ou o sintoma de um trauma coletivo.

Que Saramago não atualize, a exemplo de Coseriu e Tarallo, certos aspectos teóricos tão polemizados do estruturalismo, compreende-se! Aliás, suas obras estão cheias de reflexões de toda a espécie, já que o trabalho estético se nutre de temas e elementos os mais variados e mesmo inusitados. Mas o discurso metalingüística do cronista é prova incontestada de que, mesmo sob aparente estagnação ou estéril retrocesso, um “estado de língua” sempre exige do investigador/lingüista uma atitude ao mesmo tempo descritiva e uma interpretação histórica, ou melhor, uma compreensão dialética do fenômeno analisado. Apenas esse tipo de abordagem pode dar resposta mais seguras e científicas a fenômenos aparentemente inexplicáveis.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, M. R. **A concepção de língua de Saramago**: o confronto entre o dito e o escrito. São Paulo: Arte & Ciência, 1999 (Col. Universidade Aberta).
- COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história**: o problema da mudança lingüística. Trad. De Carlos Alberto Seca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença/São Paulo: USP, 1979 (Col. Linguagem, n. 11).
- Curso de lingüística geral**; Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidro Blikstein. Charles Bally e Albert Sechehaye (Org.) 16 ed. São Paulo: Cultrix, 1991.
- FERREIRA, A. de H. **Novo Aurélio século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3 ed., ver. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- LOPES, E. Interpretação da obra de Saussure: as dicotomias como construtos. In: **A identidade e a diferença**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- PEREIRA, W. **Crônica**: arte do útil ou do fútil? João Pessoa: Idéia, 1994.
- SARAMAGO, J. **A bagagem do viajante**: crônicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- TARALLO, F. **Tempos lingüísticos**: itinerário histórico da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

